

Programa Infância na Creche: Um olhar para a parceria público-privada na educação infantil do Recife.

Clara Siqueira Groth¹

Melanie Laura Mariano da Penha Silva²

Resumo:

Esta pesquisa discute as parcerias público-privadas na educação adotadas pela Prefeitura do Recife no contexto do *Programa infância na Creche*. Este programa é uma política pública que prevê a ampliação das vagas na educação infantil por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a construção ou ampliação de creches. Este estudo foi realizado em duas creches municipais perpassadas pelo programa. A abordagem desta investigação educacional é qualitativa, para a coleta de dados elegeu-se a técnica da entrevista semi estruturada (Minayo, 2002) utilizando como instrumento um roteiro de questões semi-abertas com a finalidade de nortear a entrevista. Os sujeitos da pesquisa foram profissionais da gestão escolar e uma mãe representante da comunidade atendida, na análise dos achados mobilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016), tomando o *Programa Infância na Creche* enquanto objeto. Os principais achados apontam fragilidades significativas no processo de implementação do programa, como a ausência de diálogo com a gestão escolar, a não participação da comunidade escolar na elaboração do projeto e o desconhecimento parcial ou total dos sujeitos entrevistados sobre o funcionamento e os objetivos da política pública. Assim, o programa reflete o avanço da lógica neoliberal tendendo a comprometer a gestão democrática e a transformar a creche em um espaço subordinado à lógica do lucro ao invés de um espaço de construção coletiva de um projeto educacional para as infâncias.

Palavras-chave: educação infantil; creches; neoliberalismo; parcerias público-privadas, gestão escolar.

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Básica é composta por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil, primeira fase da educação básica, atende crianças de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas, sendo essencial para a formação integral do sujeito e para o exercício da cidadania. Historicamente, as creches receberam pouca atenção e reconhecimento, sendo

¹ Concluinte do curso de Pedagogia - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), email: clara.groth@ufpe.br

² Profa. Dra. do Departamento de Políticas e Gestão da Educação (DPGE) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), email: melanie.mariano@ufpe.br

vistas, equivocadamente, apenas como espaços de acolhimento. No Brasil, o direito à creche foi uma conquista das lutas feministas na década de 1970, que reivindicavam esses espaços não apenas como suporte às mães trabalhadoras, mas como ambientes de educação e desenvolvimento infantil. Décadas depois, prevista na LDBEN, a creche é uma política pública fundamental para garantir o direito das crianças à educação, mas também de mulheres ao trabalho. (Schifino, 2015)

A creche deve ser compreendida como uma estrutura de cuidado, educação e bem-estar, cuja responsabilidade de provimento é do Estado, garantindo as dimensões de acesso, permanência e qualidade nesta etapa de educação básica. Nos últimos anos, a política educacional brasileira foi impactada pelo avanço de diretrizes neoliberais, o que se reflete na crescente inserção da iniciativa privada na oferta de serviços públicos, inclusive educacionais. (Robertson e Verger, 2012) Um exemplo disso é o programa Infância na Creche, implementado pela Prefeitura do Recife, que prevê a construção e ampliação de unidades de educação infantil por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Por um lado, a expansão da oferta de creches representa um avanço, pois possibilita o reconhecimento da importância desses espaços. Por outro lado, sendo uma política que se insere nos moldes da desestatização, faz-se necessário refletir sobre a influência do setor privado na educação infantil e os impactos da lógica neoliberal perpassando este campo. O neoliberalismo, enquanto um modo de disputa do setor educacional. Tornou-se presente nos discursos relacionados a um ideal de destruição criativa e competitividade, que impactam a divisão do trabalho, as relações sociais, o bem-estar social, o uso da tecnologia e os modos de vida. (Harvey, 2008)

Assim, disputar a educação por meio das PPPs é uma forma neoliberal de reestruturar as responsabilidades do Estado, com o objetivo de atender aos interesses do setor privado, organizando a ação estatal com base nos princípios do livre mercado e do lucro, em detrimento da coisa pública e aquém da garantia de direitos. Diante desse contexto, torna-se fundamental discutir as políticas de creche e a garantia do direito das crianças à educação infantil.

Destaco que meu interesse em pesquisar essa temática surgiu da necessidade de compreender que o neoliberalismo não é apenas uma política, mas

uma estratégia que visa transformar a sociedade. No contexto da educação infantil, considero essencial um olhar mais atento sobre como as diversas estratégias neoliberais se desdobram sobre os espaços das infâncias, modificando as relações do sujeito consigo próprio e com o mundo desde os primeiros anos de vida. Durante toda a minha graduação, estagiei em creches e escolas de educação infantil, o que me permitiu perceber a relevância desse ambiente para o desenvolvimento da criança e sua preparação para a vida em sociedade. Assim, é preocupante que os espaços de educação infantil sejam utilizados para atividades do setor privado que não dialogam com os pressupostos ou com os sujeitos que fazem esta etapa da educação básica. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é discutir a política de creches, com foco nas parcerias público-privadas adotadas pela Prefeitura do Recife, analisando os desdobramentos neoliberais no campo da educação infantil. Este trabalho teve ainda os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar a política de creches no Brasil, b) analisar a política de parcerias público-privadas da prefeitura do Recife na oferta de creches e c) analisar os impactos das PPPs na gestão da educação infantil.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 A política de creches no Brasil: uma luta feminista

Durante a ditadura militar, diversos movimentos e grupos surgiram como forma de resistência contra a repressão política da época. Também na década de 1970, houve a consolidação do direito à creche no Brasil, por meio do movimento feminista que lutou pelo direito de mulheres e crianças. Naquela década, o feminismo de segunda onda consolidou-se como um canal de voz para mulheres ao redor do mundo. Décadas antes as mulheres já haviam se manifestado ativamente por meio do movimento sufragista e também na luta por direitos em fábricas e sindicatos, reivindicando melhores condições de trabalho, como a redução das longas jornadas, salários justos e licença-maternidade. No Brasil, com o avanço do capitalismo, da industrialização e da urbanização, as mulheres passaram a se inserir cada vez mais no mercado de trabalho ao longo de todo o século XX, ficando também expostas às condições precárias de exploração de sua mão de obra e ao

cumprimento de jornadas duplas, ou seja, trabalhar tanto fora quanto dentro de casa.

Assim, a luta das mulheres operárias demonstra também como a história da creche e da pré-escola está diretamente relacionada ao trabalho feminino e à necessidade de instituições que ofereçam suporte a essa atividade. Anos antes, em 1943, com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a creche passou a ser reconhecida como um direito trabalhista. De acordo com a legislação, empresas com mais de 30 funcionárias acima de 16 anos deveriam disponibilizar um espaço adequado para os filhos dessas trabalhadoras durante o período de amamentação. No entanto, as creches existentes à época não eram fundamentadas em razões educacionais, sendo vistas apenas como um suporte para a permanência das mulheres no mercado de trabalho e não como uma política pública ligada ao direito à educação. Como podemos observar, de acordo com Rosemberg,

a proposta da creche até recentemente não consegue romper com a representação idealizada da socialização da criança pequena pelas maternagens compulsórias, não sendo uma instituição destinada à educação de todas as crianças, mas só como um equipamento substituindo certas mães: as que precisam trabalhar (Rosemberg, 1984, p.74).

O movimento de luta pelas creches surgiu, em grande parte, da necessidade ou do desejo das mães de trabalharem, o que contribuiu para a percepção da creche como um espaço provisório, de caráter assistencialista ou meramente substitutivo. Essa visão dificultou seu reconhecimento como uma instituição fundamental para o desenvolvimento e a educação infantil. Nesse contexto, os governos da época não consideraram prioritária a avaliação das condições das creches nem investiram em sua estrutura e qualidade.

A perspectiva assistencialista fez com que a creche fosse percebida apenas como uma substituta da mãe, resultando na desvalorização e no não reconhecimento do seu papel fundamental, o de instituição de educação. Além disso, os investimentos insuficientes no ambiente contribuem para um atendimento de baixa qualidade, reforçando a concepção de creche como um espaço temporário e de pouca relevância na experiência de vida das crianças. No final da década de 1960 e início dos anos 1970, surge uma nova compreensão sobre as creches, reconhecendo sua importância não apenas no cuidado infantil, mas também em sua dimensão educacional, social e política. No Brasil, a expansão desse modelo torna-se mais expressiva a partir da metade da década de 1970. Em 1975, com a

ONU declarando o Ano Internacional da Mulher, os movimentos feministas ganham força, e as creches passam a ser mencionadas em suas reivindicações, refletindo a crescente preocupação com a educação infantil e os direitos das trabalhadoras. (Rosemberg, 1984) As feministas passaram a compreender a creche como um direito fundamental das crianças pequenas à educação, sem deixar de considerar os direitos das mães trabalhadoras, criando assim as condições essenciais para a emancipação de ambos.

A visibilidade da condição infantil na esfera pública teve a contribuição das pesquisadoras feministas de diversas áreas do conhecimento. Estudos da pedagogia, sociologia, antropologia e psicologia indicavam que a guarda das crianças pequenas era também responsabilidade da sociedade, devendo ser disponível para todas as famílias e não apenas para as mães que trabalham fora de casa. (Macedo, 2013, p.87)

Após este desdobramento, a creche começou a ser inserida no campo dos direitos das crianças, ganhando reconhecimento como uma política pública educacional ao ser compreendida como um espaço destinado ao desenvolvimento infantil. A política de creches corrobora com o entendimento de que a socialização das crianças deve ser vista como uma responsabilidade coletiva, da qual toda a sociedade deve participar, e não apenas da mulher-mãe ou da família nuclear. A maternidade, portanto, não deve ser encarada como uma questão individual, vinculada à necessidade de uma mãe que precisa trabalhar e ter um espaço para deixar seu filho, mas sim como uma questão que exige preparação política e afetiva por parte da sociedade para acolher, educar e socializar as crianças pequenas, sendo as creches espaços importantes nesta estrutura de serviços para as infâncias.

Por fim, na redemocratização a Constituição brasileira de 1988 estabeleceu a creche como um direito das crianças pequenas, de 0 a 6 anos de idade, incorporando os resultados das lutas feministas e garantindo às crianças um espaço de educação fundamental para o seu pleno desenvolvimento.

2.2 O neoliberalismo e disputa do campo educacional pelo setor privado através de PPPs

A partir da década de 1970, começaram a surgir instabilidades no sistema econômico capitalista, resultando em graves consequências, como baixo

crescimento econômico e alta taxa de desemprego. Esses episódios foram consequência da crise de superprodução, associada à queda da taxa de lucro, o que levou ao esgotamento do modelo econômico baseado na relação entre Estado e mercado. (de Mello, 2019.) Nesse contexto, o neoliberalismo emergiu como uma resposta à crise, expandindo-se enquanto prática econômica e política. Seu principal objetivo era combater a intervenção estatal na economia e promover a internacionalização do capital, fortalecendo a lógica de livre mercado e reduzindo o papel do Estado na regulação econômica.

A virada neoliberal está associada à restauração do poder das elites econômicas e à consolidação de uma teoria política que propõe um modelo de bem-estar baseado na liberdade individual e na iniciativa empreendedora. Esse modelo se estrutura institucionalmente a partir da defesa da propriedade privada e do livre mercado. No neoliberalismo, o bem-estar é alcançado por meio da expansão e intensificação das transações de mercado, de modo que todas as ações humanas são encaixadas no domínio do mercado.

O neoliberalismo vai além de uma política econômica; trata-se de um discurso e uma forma de pensamento que influencia a maneira como compreendemos o mundo, a nós mesmos e as relações sociais. Seu objetivo é ampliar as capacidades empreendedoras dos indivíduos, defendendo uma intervenção estatal mínima. No entanto, a tomada de decisões econômicas acaba sendo restrita àqueles que dominam o mercado, como economistas e especialistas, resultando em uma atuação direcionada por grupos de interesse. O processo de neoliberalização está intrinsecamente ligado à lógica da "destruição criativa", impactando diversas esferas da sociedade, como a distribuição de poder, a divisão do trabalho, as relações sociais, a tecnologia, os modos de vida e pensamento e as atividades produtivas. Onde o mercado se estabelece como princípio orientador da ética individual e da ação humana. (Harvey, 2008)

Um dos principais reflexos desse processo foi a reorganização patrimonial do setor público por meio da desestatização, o que impactou diretamente a forma de fornecimento de bens e serviços públicos. Nesse contexto, surgiram as formas de desestatização como a privatização, a terceirização e o instrumento das Parcerias Público-Privadas (PPPs), um modelo de contratação no qual a remuneração, total ou parcial, é realizada pelo Estado. (Brito e Silveira, 2005) O parceiro privado assume a responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto, financiamento,

construção e operação do serviço, enquanto o setor público atua como comprador, integral ou parcial, do serviço disponibilizado.

Essas parcerias diferem da privatização², embora ambas resultem do mesmo processo de modernização do Estado. O uso de parcerias em áreas estratégicas, como educação, exige cautela, associadas ao neoliberalismo, as PPPs impulsionam um tipo específico de educação que está sendo globalizada e comercializada. Como consequência, o setor privado se torna cada vez mais potente e influente nos serviços públicos educacionais, interferindo desde a criação de políticas até a forma como a aprendizagem ocorre dentro das salas de aula. Ao fortalecer uma visão empobrecida da educação como mera atividade produtiva, tais parcerias comprometem a formação crítica dos sujeitos, limitando-os e definindo-os exclusivamente como agentes econômicos, reduzidos a relações de mercado. Assim, surge a necessidade de discutir que tipo de educação está sendo construída e de que maneira a vida social está sendo configurada a partir dessa perspectiva.

A educação é uma atividade política e social, além de ser um direito social e deve se manter, majoritariamente, voltada ao interesse público. As parcerias público-privadas na educação (PPPE) acabam envolvendo cada vez mais atores privados em uma atividade de responsabilidade do setor público (Robertson e Verger, 2012). ocasionando a reestruturação das responsabilidades do Estado, com o objetivo de atender aos interesses do setor privado.

Na visão de Robertson e Verger (2012), as Parcerias Público-Privadas na Educação (PPPE) garantem que a educação seja organizada segundo a lógica do livre mercado, onde os setores privados assumem a responsabilidade pela oferta do serviço, enquanto o Estado se encarrega de assegurar seu financiamento. Nesse sentido, as PPPEs apoiam soluções de mercado na educação, considerando a intervenção do Estado apenas para garantir o funcionamento de um mercado educacional. O ambiente educacional passa a ser visto como um campo para investimentos, desde que sejam estabelecidas as condições necessárias para obtenção de lucro.

A justificativa para o uso das PPPEs como ferramenta no desenvolvimento da educação baseia-se na promessa de solucionar desafios do cenário educacional,

² Conforme Robertson e Verger (2012), a privatização não pode ser vista como um conceito único e simplista de venda de bens públicos para o setor privado. Para eles, a privatização é um processo complexo e multifacetado, especialmente no campo da educação, que se manifesta de diversas formas e em diferentes níveis, através da influência do setor privado na formulação de políticas, na gestão e até mesmo na redefinição dos próprios objetivos e valores da educação pública, com a utilização de mecanismos como as PPPs e o filantropocapitalismo.

como o acesso a uma educação de qualidade. Isso cria um ambiente favorável para a expansão do setor privado como alternativa para os problemas de qualidade, transferindo a gestão educacional do Estado para a iniciativa privada. Nessa perspectiva, o Estado é visto como o principal responsável pela baixa qualidade da educação, sendo substituído por uma administração privada. As PPPEs não substituem a privatização, mas contribuem para a transformação do setor educacional, ampliando a influência e a participação de atores privados. Esse processo envolve o setor privado em diversas áreas da educação, desde a formulação de políticas até a disseminação de conceitos alinhados aos seus interesses. Cria-se, assim, um ambiente de concorrência e padronização, sempre com o discurso de melhoria da educação. Nessa lógica, os investimentos são direcionados para programas que adotam a linguagem de mercado como ferramenta de mudança social, ao mesmo tempo em que visam retorno financeiro.

A retirada do Estado do setor educacional, especialmente na tomada de decisões, e a transferência dessa autoridade para empresas privadas representam uma mudança significativa, com impactos diretos na educação, na sociedade e até mesmo na democracia. Como garantir que as PPPEs sejam equitativas em termos de justiça social? Não se pode assumir, de antemão, que essas parcerias são sempre positivas, negativas ou neutras do ponto de vista político. Tudo depende de como os conceitos de público, privado, parceria e educação são definidos, representados e implementados; de que forma influenciam a organização da vida social; de como promovem ou restringem a participação social; e de quais mecanismos de prestação de contas são estabelecidos. A abordagem adotada pelos empresários envolvidos nas PPPEs segue uma lógica de mercado para a prestação de contas, em vez de uma orientação voltada para o interesse público. Nesse modelo, a principal forma de reconhecimento dos indivíduos é como consumidores, e não como cidadãos ativos na sociedade. (Robertson e Verger, 2012)

O programa Infância na Creche foi criado no governo do prefeito João Campos (2020 - atualmente) em 2021 que tinha como meta duplicar o número de vagas nas creches do município, sendo uma das principais propagandas para a sua reeleição em 2024. Para alcançar tais objetivos, “O programa prevê a construção de creches próprias, ampliação de unidades já existentes, implantação de creches em parceria e outros modelos”. O investimento é o maior que já ocorreu no Estado de

Pernambuco em relação à educação infantil. (Recife, 2021). Como estratégia para essa expansão, em maio de 2022, a Prefeitura do Recife e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), firmam um acordo para construir 44 creches e criar mais de 5 mil vagas. Segundo João Campos, a falta de acesso às creches, é um dos maiores problemas do Brasil, repercutindo especialmente no Recife, como forma de solução, criou esse plano para duplicar número de vagas em dois anos, assinando um contrato para modelagem das Parcerias Público-Privada (PPP). No final do mesmo ano, a prefeitura lançou uma consulta pública sobre o projeto de construção das novas creches, afirmando que “Através da consulta, a população poderá enriquecer o projeto com valiosas sugestões, dando a oportunidade de aperfeiçoamento ao processo.” (Recife, 2022) Entretanto, podemos problematizar a qualidade desta consulta, visto que apenas um email foi disponibilizado no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, então um dos pontos é se a participação coletiva ocorreu na prática e quais os impactos disso.

O programa foi criado em 2021 e o contrato de parceria público-privada firmado em 2022, e atualmente em 2025 ainda existem creches funcionando com problemas como atendimento reduzido e rodízio de turmas. Em uma matéria do site Marco Zero, percebe-se que essa realidade é algo recorrente nas creches que fazem parte do programa: “Com um conteúdo patrocinado no Instagram, a Prefeitura do Recife se vangloria de ter dobrado o número de vagas em creches da rede municipal, no que os publicitários chamam de “crechebilidade”. (Marco Zero, 2024). Assim, discutir a “crechebilidade” neoliberal é de suma importância quando nos propomos a refletir sobre a educação infantil na contemporaneidade.

3. METODOLOGIA

O caráter desta pesquisa é qualitativo, que de acordo com Minayo (2002) se concentra no mundo dos significados sociais construídos em uma pesquisa. Ao abordar a educação e a influência do neoliberalismo na sociedade, mais especificamente por meio das PPPs, analisa-se as dinâmicas da realidade social buscando compreender o que elas significam para o campo educacional e para a sociedade. A pesquisa qualitativa:

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2002, p. 21 e 22)

Na pesquisa de campo, para a coleta de dados utilizou-se a técnica de entrevista semi estruturada que adota como instrumento:

um roteiro de questões previamente formuladas com novas questões abertas que podem surgir durante a interação entre os interlocutores. O entrevistador possui maior controle sobre o que se pretende saber, mas há espaço para reflexão espontânea do entrevistado sobre os assuntos abordados. (Fraser e Gondim, 2004 apud, Oliveira, Guimarães e Ferreira, p.221, 2023)

Por meio de uma sondagem prévia do campo foi possível identificar dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) como campo de pesquisa: uma já existente antes da implementação do programa, na qual o programa foi posteriormente implementado através de ampliação da creche, recebendo 5 salas novas, sala de recursos multifuncionais e uma biblioteca, a unidade tem capacidade de atender 230 crianças e outra construída a partir do zero funcionando com o programa desde o começo, com capacidade de atender 300 crianças. As duas unidades estão localizadas na Zona Oeste do Recife. Neste trabalho são chamados respectivamente de Creche 1 (CMEI ampliado) e Creche 2 (CMEI construído).

A partir das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, quais sejam as gestoras dessas duas unidades, bem como com a coordenadora pedagógica e a mãe de uma criança matriculada da Creche 1, buscou-se compreender como os sujeitos refletem o programa e que percepções os discursos suscitam sobre a gestão e a qualidade da educação infantil nessas instituições. Para a análise dos achados, foi utilizada a análise de conteúdo, definida por Bardin (2016, p. 37) como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens". O que permite identificar categorias e interpretar elementos implícitos nas mensagens, evidenciando as realidades não explicitadas, mas contidas no discurso.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS ACHADOS

Para a análise dos achados, os resultados foram organizados em três categorias. A primeira aborda o desconhecimento do programa *Infância na Creche*. A segunda discute os impactos no cotidiano e no funcionamento das creches. Já a terceira categoria trata da reestruturação das creches, do trabalho pedagógico e da gestão. Apesar de o programa ter como foco principal a infraestrutura, seus desdobramentos também atingiram a condução do trabalho pedagógico e da gestão escolar, ponto analisado na última categoria deste estudo.

Categoria 1: Desconhecimento do Programa Infância na creche

A primeira categoria analítica discorre sobre o desconhecimento (parcial ou total) em relação ao Programa Infância na Creche. Todas as entrevistadas relataram não ter conhecimento acerca do programa, tampouco sobre o contrato de parceria estabelecido.

O desconhecimento sobre o programa por parte das entrevistadas evidencia uma fragilidade significativa no processo de elaboração e implementação da política em questão. O fato de nenhum dos sujeitos entrevistados ter conhecimento sobre o que é o programa denota a ausência de consulta aos agentes diretamente envolvidos e afetados pela reestruturação proposta pelo programa, no caso das creches, as famílias, comunidade, gestoras e coordenadoras. Isso se relaciona à constante necessidade de tomar decisões sobre políticas públicas da forma mais rápida possível e acaba comprometendo o processo democrático, que, por natureza, é mais lento. (Arelaro, 2007). Essa ausência de diálogo em um programa inserido no campo educacional pode abrir espaço para decisões e ações centralizadas, que não contemplam as necessidades da maioria, favorecendo a implementação de políticas autoritárias e neoliberais e fragilizando o preceito e princípio constitucional da gestão democrática do ensino público (Paro, 1989), bem como a autonomia das escolas. Uma evidência dessa falta de diálogo pode ser observado na experiência da creche 1, quando a gestora relata:

Aí é que tá, eu vou te dizer uma coisa. Todos os projetos que fazem, todas essas “politicagens” da vida eles não nos avisa. Eles nos surpreendem, chega e tá aqui implantado, de repente aquela placa, de repente isso, de

repente aquilo, que na verdade não fomos avisados, a gente foi inserida dentro do contexto. Eu posso dizer isso. (Gestora 1, creche 1)

O mesmo fica evidente nas seguintes falas da gestora da Creche 2,

Na verdade, aqui a gente ainda tá em processo de construção. Não teve comunicado. [...] Aí somente na semana que antecedeu a inauguração, no dia 12 de março, no aniversário do recife, foi quando botaram a placa. E na placa foi que eu vi que fazia parceria com o governo federal, do programa. (Gestora 2, creche 2)

Na Creche 1, ao questionar a mãe de uma criança matriculada no CMEI sobre o conhecimento a respeito do programa e se houve alguma apresentação direcionada às famílias que usufruem desse direito, ela respondeu que não conhece o programa formalmente. Informou que não foi realizada nenhuma apresentação específica para as famílias, embora já tenha ouvido falar sobre o programa, unicamente por trabalhar na unidade. A ausência de diálogo constitui uma estratégia dos ideais neoliberais no campo educacional, podendo impactar negativamente inclusive o sentimento de pertencimento da comunidade escolar em relação à creche, à medida que a comunidade não é chamada para participar do processo decisório e nem é devidamente informada sobre as decisões tomadas.

A descentralização do Estado, por meio de parcerias com instituições privadas, configura-se como um mecanismo pelo qual o neoliberalismo se fortalece, moldando e impactando as relações humanas conforme a lógica de mercado. A legitimação das PPPs como forma de governança na educação surge com o intuito de resolver alguns problemas de difícil abordagem enfrentados pelas comunidades envolvidas com a temática do desenvolvimento. (Robertson e Verger, 2012) No caso da educação infantil, isso se traduz no problema histórico que é a escassez de vagas em creches e escolas. Dessa maneira, o Estado, ao buscar parcerias com o setor privado, parece tentar dividir a responsabilidade não apenas quanto à oferta de vagas na educação infantil, mas também em relação à qualidade do atendimento prestado e a gestão dos espaços escolares. Sendo assim,

Uma linha de argumentação defende a idéia de que empresas privadas são mais eficientes que entidades estatais no que tange à inovação e à gestão de recursos. Isso seria atribuído à estrutura de incentivos, limitação de pessoal e à própria restrição orçamentária a que estaria sujeita a administração pública. São argumentos que, no entanto, concentram-se na eficiência produtiva, desconsiderando o fato de que quando se trata da prestação de serviços públicos, a presença de importantes externalidades positivas e a recorrência de situações de monopólio natural tornam mais

importante o conceito da alocação socialmente eficiente. (Brito e Silveira, p.10,2005)

Para sua campanha de reeleição em 2024, o atual prefeito do Recife utilizou o problema da escassez de vagas em creches como uma das principais pautas, apresentando as Parcerias Público-Privadas (PPPs) como solução. Se o programa é apresentado como uma solução efetiva e benéfica, por que razão a comunidade escolar permanece alheia a sua existência e funcionamento? Governar a educação por meio das PPPs não se resume à coordenação de serviços educacionais entre os setores público e privado. Com esse modelo, o Estado assume a incapacidade em enfrentar os problemas e se coloca, inclusive aos olhos da população, como o principal responsável pela escassez de vagas, numa tentativa de justificar a necessidade de parcerias com o setor privado para lidar com o problema. Entretanto, os interesses do setor privado em relação ao lucro e outros favorecimentos possíveis obtidos com as PPPs são pouco debatidos, sobretudo com a população. Isso favorece um ambiente político-social propício ao crescimento da atuação do setor privado na educação, estimulando não apenas novas parcerias, mas também o envolvimento direto de cada vez mais empresários na formulação, gestão e avaliação de políticas educacionais.

A naturalização das PPPs, bem como de outras estratégias de lógica neoliberal, como abertura ao terceiro setor através de parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e Fundações, pode vir a minimizar ou estagnar o investimento público direto nas creches, desconsiderando sua relevância para o estabelecimento da educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, para o desenvolvimento integral das crianças e para a emancipação das mulheres, que majoritariamente são as responsáveis pelas crianças pequenas e dependem desse serviço para acessar o mundo do trabalho e outros direitos sociais. A escassez de recursos, a baixa qualidade dos serviços prestados, bem como a insuficiência de vagas, são reflexos do processo de precarização dos serviços públicos educacionais. Como resposta, intensifica-se a celebração de contratos com o setor privado, com o objetivo de suprir essas deficiências, ao invés de priorizar o orçamento da educação básica e robustecê-lo. Esse movimento se insere em uma perspectiva neoliberal, na qual atores privados passam a atuar de forma crescente em funções atribuídas ao Estado, como a organização do setor público e a

execução de políticas públicas. Trata-se também de um projeto alternativo de organização da vida social, política e econômica, como apontam Robertson e Verger (2012).

Categoria 2: Impactos no cotidiano e funcionamento das creches

Em relação aos impactos no cotidiano e no funcionamento das creches, na Creche 1, a gestão afirmou que o atendimento não foi interrompido durante as obras e que seguiram atendendo todas as salas em seus respectivos horários, porém reconheceu que as obras modificaram significativamente a rotina da unidade. Além disso, foram registrados casos de adoecimento entre as crianças, atribuídos à poeira gerada pelas intervenções estruturais, como se pode observar na fala a seguir:

Tivemos a primeira (reforma), foi inaugurada em 2020 eu acho, foi na época da pandemia, aí não podia vir muita gente e tal, teve essa outra que foi inaugurada ano passado, 2024. E assim, olha, vai ter isso, isso e isso e a gente não pode suspender as aulas, então a gente tem que ver como vai fazer né, aí o atendimento ficou. Como essa última agora, foi menos danosa, porque foi na parte de trás, não interferiu tanto como foi na outra que foi dentro. Mas teve também, teve poeira, teve muita gente doente, criança doente mas assim, já veio o projeto pronto da ampliação, como seria feito, e a gente teve que aceitar. (coordenadora, creche 1.)

As consequências negativas da implantação do programa concomitante às aulas, aliadas à ausência de diálogo com a comunidade escolar, podem ser observadas tanto nos casos de adoecimento quanto nas alterações significativas na rotina de funcionamento da creche decorrentes da reforma. Um espaço que deveria garantir segurança e qualidade educacional não foi capaz de assegurar tais condições durante esse processo de ampliação gerando incômodos para a saúde, a vivência e possivelmente o processo de ensino aprendizagem.

Durante a entrevista, a coordenadora destacou ainda a falta de escuta da equipe escolar, pois, na elaboração do projeto, participaram apenas engenheiros, sem a colaboração de profissionais da área pedagógica. Essa ausência resultou em decisões pouco coerentes com as demandas do cotidiano escolar, como a realocação de banheiros sem justificativa funcional e a ausência de sanitários específicos em algumas salas destinadas a determinados grupos etários. O Estado pagou por esse serviço por meio da parceria, a empresa contratada o executou monocraticamente e de forma descontextualizada das necessidades reais do CMEI

ao criar um projeto de ampliação, sem conhecer a realidade e rotina de todas as creches ou ouvir a comunidade escolar.

Na esfera neoliberal o avanço e a aceleração do setor privado tem objetivos economicistas que envolvem executar as ações com o menor uso de tempo e recursos possíveis como parâmetro de eficiência. Além disso, para Laval (2004) essas parcerias muitas vezes funcionam como uma forma de repassar dinheiro público para empresas, sem que elas assumam os riscos ou se responsabilizem pelos impactos negativos. Então o “culpado” dos problemas continua sendo o Estado que arca com os ônus enquanto as empresas ficam com os bônus e o lucro.

Na Creche 2, construída do zero, encontram-se diferentes impactos, o CMEI está enfrentando dificuldades para atender as crianças no seu horário integral. A gestora relatou:

Vamos lá, o programa fala que vai construir creche, salas de aulas, mas a gente tem aqui por exemplo uma creche com 14 salas de aula, onde hoje atualmente as salas de creches nem todas eu consigo contemplar o dia eletivo, o turno todo, porque creche é integral, de 7h até as 18h, mas eu não tenho equipe suficiente para atender esse horário. (Gestora 2, creche 2)

Diante disso, o problema não ocorre pela falta de vagas existentes e sim pela falta de profissionais qualificados para atender as crianças, afetando assim desde o cotidiano do CMEI até o das famílias que precisam desse espaço para poder realizar suas atividades e trabalhos. A gestora segue relatando:

se funda uma creche entende-se que a creche seja o espaço educacional para garantir que a criança esteja no seu horário integral, porque as famílias vão trabalhar e querem trabalhar até o final do seu expediente para poder voltar, pegar o seu filho e ir pra casa, mas muitas vezes eles precisam sair mais cedo porque não tem expediente completo para eles. (Gestora 2, creche 2)

Percebe-se então que a “crechabilidade” dos empresários e da PPP não aborda os problemas mais urgentes como a garantia de acesso e permanência e qualidade na educação infantil, visto que para isso precisa-se mais do que construir ou ampliar o espaço físico, mas dotar os CMEIs de profissionais qualificados, recursos materiais e, sobretudo, autonomia para decidir o que é melhor e mais eficiente para atender àquela comunidade. Ficando evidente como esse tipo de programa e essas parcerias na educação estão focadas na “eficiência” neoliberal, ou seja atingir objetivos e metas com o menor uso de recursos, mas sem se

preocupar devidamente com o aspecto qualitativo, priorizando o aspecto quantitativo, visto que uma das principais propagandas dessas parcerias era o aumento da quantidade de vagas em creches. Assim, o programa, preocupado apenas com o alcance de metas e resultados, ao entregar novas creches ou ampliar as já existentes utilizou estratégias voltadas exclusivamente para esse fim, deixando de lado o que deve ser prioritário, a garantia do direito à educação das crianças com o devido acesso a creches no que se refere também aos aspectos qualitativos e à discussão de que qualidade precisa ser alcançada.

Para corroborar com a visão de que os aspectos qualitativos, como bom atendimento, ensino e profissionais qualificados, devem ser priorizados, temos a fala de uma mãe entrevistada que ao ser questionada sobre sua percepção na diferença da qualidade da creche desde a implantação do programa, relatou:

Acho que tem uma diferença, porque assim, pessoas que já conversaram comigo a respeito de creche. Eu tinha muito receio de colocar o meu filho na creche, porque a gente ouvia muitas coisas, falta de cuidado, maus tratos, né, mais isso, aí quando eu tomei conhecimento vi que eram coisas de anos atrás, não é de agora. Então eu acho que melhorou muito a qualidade, tanto no atendimento para as crianças como também questão de alimentação, questão de ensino, né, as professoras aqui tem um cuidado em ensinar e ajudar né, cada criança. O que eu acho mais bonito aqui é o se importar com a criança, esse cuidado. (creche 1)

Podemos compreender que a mãe confia seus filhos ao estabelecimento educacional, sobretudo pelo atendimento, alimentação e ensino, que na visão dela são indicadores de qualidade. Não se quer com isso dizer que infraestrutura e espaços adequados não são importantes, mas que colocá-los como única solução para os problemas da educação infantil não acrescenta qualitativamente se não vier acompanhado de autonomia da gestão escolar, profissionais qualificados ou assistência à comunidade.

Então de fato as PPPs estão construindo ou ampliando as creches, algo que pode ser positivo para a população quantitativamente, porém na prática, descuida-se do qualitativo, o que termina por prejudicar o atendimento adequado às crianças. Embora os prédios estejam lá: alguns novos, outros reformados, os CMEIs ainda não têm capacidade de atender plenamente as crianças. O foco principal, a garantia do direito da criança à educação e desenvolvimento integral, acaba secundarizado, em detrimento de apenas construir e terminar as obras. Com isso, resgatando os propósitos político-sociais das creches pode-se refletir que

fragiliza-se tanto o direito das crianças pequenas à educação, como também o direito das mães trabalhadoras a sua realização social e profissional. (Teles, 2013)

Ainda de acordo com as estudiosas do direito à creche, as políticas públicas voltadas à educação infantil são frequentemente marginalizadas e tratadas como questões secundárias no debate educacional e social (Teles, 2018). A creche, configura-se como um espaço fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo tanto a formação pessoal quanto a construção de um convívio social saudável. É direito de toda criança o acesso a vínculos afetivos, a uma alimentação adequada, bem como a ambientes seguros que possibilitem o brincar, o descanso e a aprendizagem. E isso está para além da infraestrutura física, perpassa a própria estruturação da educação infantil enquanto projeto educacional para as crianças brasileiras.

Ainda se considerarmos a percepção da comunidade escolar sobre os impactos da implementação do programa pode-se refletir acerca do modo como a política em questão foi implementada. Ao entrevistar uma mãe de criança matriculada na creche 1, questioná-la sobre o Programa Infância na Creche e se acredita que ele foi bem executado ou não, a mesma responde:

Eu creio que aqui sim, eu não sei como funciona em outras creches mas pelo menos aqui eu não tenho visto que tenha sido ruim não. Eu acho que tem melhorado bastante, ajuda bastante as crianças, por isso eu digo a importância da gestão, a preocupação que tem em receber e oferecer as coisas de qualidade, eu acho por isso, por essas coisas tá bem melhor o funcionamento. (Mãe, creche 1. grifos nossos)

Novamente a questão sobre a realidade em outras creches é levantada, trazendo elogios para a que o seu filho está matriculado e mencionando diretamente apenas a gestão, que pode ser entendida como a gestão escolar com a qual a mãe lida no cotidiano escolar. Assim, podemos refletir que embora a entrevistada relate uma percepção positiva, a mesma atribui isso a gestão escolar que se preocupa em receber e oferecer qualidade no atendimento. O que nos indica que a insegurança da comunidade escolar em relação ao funcionamento das creches, não tem a ver somente com a infraestrutura física, mas também com a preparação da gestão escolar. Então, mesmo com o aumento da oferta de vagas e prédios novos ou ampliados, o Estado pode não conseguir conquistar a percepção das famílias quanto à importância da creche para o desenvolvimento infantil e a garantia de que naquele espaço o direito à educação será plenamente usufruído, se não investir em

formação profissional de gestores escolares e professores da educação infantil. Ao dividir sua responsabilidade com setores privados visando a melhoria da infraestrutura física, é possível que essa percepção sobre o trabalho pedagógico não seja, de fato, o objetivo almejado. Afinal, na lógica das PPPs aqui analisadas é conveniente oferecer creches que simulam os padrões físicos de instituições privadas de “qualidade”, do que encarar outros problemas estruturais na oferta e garantia da educação infantil, como a questão do investimento em qualificação profissional.

Categoria 3: A reestruturação de creches, o trabalho pedagógico e a gestão.

Ao levantar o questionamento sobre as contribuições e dificuldades dessa política, percebeu-se que apesar de prometer atacar em sua maioria as questões de infraestrutura em muitos aspectos houve impactos para a condução do trabalho pedagógico. Por isso, esta foi uma última categoria analítica. Sobre isso, a gestora da creche 1 afirmou que:

Tem também, porque assim, de um certo modo, bate bate, o entrar de pessoas diferentes, o entra e sai, e tira daqui e bota ali, isso de um certo modo afeta. Assim, porque criança, tudo chama atenção, na hora do sono não permitia que ninguém batesse, não vamos dizer que é 100% bom, tem suas causas, mas qual é a solução? fazer os ajustes, para que tudo ocorra bem, que aconteça, porque é bom pra gente, a gente passou 1 ano, não chegou a ser 1 ano mas já aconteceu de ta tudo pronto, e os benefícios agora a gente tá lucrando. (Gestora 1, creche 1)

Do mesmo modo, no seguinte depoimento

Olha veja só, tem e não tem na verdade, porque como a gente tem muito compromisso, ama o que faz, essa coisas por exemplo, que a gente vê de negativo, pra gente não vai influenciar porque o nosso pedagógico não vai deixar de acontecer, a gente vai se adaptando, e na verdade a gente vai até se acomodando nessa nova mudança. A gente vai se acostumando, porque o ser humano é maleável, a gente se adapta a tudo né, não nem se é bom ou se é ruim mas, é não interfere não no nosso pedagógico não, porque a gente não permite que isso aconteça. (coordenadora, creche 1)

Nas duas falas, a questão do impacto no trabalho pedagógico e da necessidade da adaptação às novidades mostrou-se bastante presente. Assim, essas mudanças impactaram diretamente o planejamento e a condução do trabalho pedagógico. A natureza do trabalho pedagógico não se encaixa perfeitamente com os ideias neoliberais, pois a sua essência não pode ser reduzida a lógica do mercado, segundo Paro,

Em primeiro lugar, é preciso ter presente que se trata de um trabalho não-material. Seu produto não é um objeto tangível, mas um "serviço". Isto levou a que Marx entendesse que o trabalho pedagógico escolar não pudesse ser subsumido senão formalmente na sociedade capitalista, em virtude da "natureza mesma" desse trabalho. (p.104, 1993)

Então, nesse contexto de adaptação, observa-se uma demanda neoliberal, ou seja, a adaptabilidade excessiva, segundo Laval (2004), as instituições devem tornar-se cada vez mais "flexíveis", alinhando-se ao modelo de escola-empresa, submetida à exigência constante de apresentar resultados frente às transformações. Desconsiderando os possíveis impactos dessa política sobre as condições de trabalho dos docentes, o programa foi implementado, as obras realizadas, e coube à gestão da escola assumir uma postura flexível e adaptável conforme as determinações do parceiro privado. Ao perguntar especificamente se existiu algum tipo de desdobramento no trabalho da gestão, a resposta foi: "Não, também não". A gente se adaptou, o que não dá pra digerir, ta digerido." (coordenadora, creche 1) Novamente denotando como a gestão moldou o seu trabalho diante da implementação da política, sem diálogo, sem escuta, sem respeito aos ritmos e ritos do trabalho pedagógico ou às necessidades dos estudantes, crianças pequenas e de suas famílias. Assim, a gestão escolar precisou mobilizar seus próprios recursos e esforços para se adaptar às exigências que lhe foram impostas, sem, contudo, deixar de garantir o atendimento diário às crianças durante um período de um ano, assegurando, assim, o direito delas e de suas famílias.

Na Creche 2, ao realizar o mesmo questionamento, a gestora retomou a questão da dificuldade em atender todas as crianças, apontando essa limitação com mais veemência como uma das formas de impacto no trabalho dos docentes e da própria gestão. Afirmou, ainda, que:

Então como é que impacta, a partir do momento que se constroi unidades, constroi salas de aulas, coloca recursos e materiais, mas eu não tenho o profissional para conduzir eu deixo de ter a unidade. Porque ela está apenas lá, estrutural, né, edificada, mas eu não tenho a criança para ser atendida por falta de profissional. A gente ainda infelizmente se depara com essa dificuldade [...] eu vejo que não se adianta garantir construção de creche se você não tem como atender a comunidade, então é uma via de mão dupla né, é preciso que se construa mas, é preciso que de qualidade de trabalho também. (Gestora 2, creche 2)

A falta de atendimento adequado às crianças configura-se como uma realidade recorrente no cotidiano do CMEI. A gestora da unidade acredita que esse tipo de programa e de parceria necessita ser repensado, uma vez que não basta

apenas construir novas creches se não houver profissionais qualificados para atender àquela comunidade. Em sua fala, percebe-se ainda como a qualidade do trabalho docente é algo que também deve ser pensado em políticas e programas como este. Afinal, boas condições de trabalho são muito importantes para que os docentes cumpram as suas funções de uma maneira que garanta uma aprendizagem adequada para os estudantes. Em outro momento de sua fala, ela relata:

Então a gente tem um lado muito bom que é essa parte estrutural, né, mas a gente também tem as dificuldades que a gente se esbarra, que são de poderes públicos, que a gente não consegue dominar, a gente enquanto gestão não consegue, porque a gente depende do sistema para poder garantir essa qualidade de atendimento e isso acaba que mexe um pouco com o nosso trabalho, querendo ou não querendo. (Gestora 2, creche 2)

Nota-se que a implementação da política impactou não apenas a qualidade da educação infantil e a quantidade de vagas ofertadas, mas também afetou o trabalho da gestão. Ao afirmar que 'depende do sistema para poder garantir essa qualidade', torna-se perceptível que esse tipo de parceria na educação, especificamente no CMEI em que a gestora atua, tem contribuído mais para o afastamento do Estado no que diz respeito à garantia direta dessa qualidade, limitando sua atuação basicamente ao financiamento, mas reforçando uma descrença quanto a outros tipos de assistência como técnica ou mesmo na preocupação de envolver os gestores escolares em todas as decisões sobre a CMEI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Infância na Creche é uma política pública que prevê a ampliação das vagas na educação infantil por meio de Parceria Público-Privada (PPPs). A pesquisa aponta que o desconhecimento parcial ou total sobre o Programa Infância na Creche, implementado pela Prefeitura do Recife, evidencia falhas na comunicação e na elaboração participativa da política pública, que feita para a área da educação deveria considerar a participação da comunidade escolar em observância ao princípio constitucional da gestão democrática no ensino público. Essa ausência de participação, diálogo ou escuta está associada à lógica neoliberal, como parte de um processo centralizado e autoritário que enfraquece a gestão democrática, favorecendo a atuação do setor privado na educação, sem o devido debate público sobre seus interesses e desdobramentos. Em geral, poucas ações

são efetivas em combater a precarização dos serviços educacionais e problemas como a escassez de recursos, a baixa qualidade dos serviços prestados ou a insuficiência de vagas, sem a devida discussão coletiva das propostas, com o programa ora discutido não foi diferente.

Dessa maneira, a implantação da PPP (ou PPPE) não contemplou os problemas mais urgentes dos CMEIs, uma vez que para isso é necessário mais do que a construção ou ampliação do espaço físico, mas a discussão de um projeto educacional que integre aspectos físicos e condições de trabalho pedagógico, aspectos quantitativos e qualitativos. A fragilidade da política pública de creches se reforça pela percepção da comunidade escolar sobre o programa, uma vez que persiste certa insegurança em relação ao funcionamento dos CMEIs, apesar de alguns elogios aos esforços da gestão escolar. Dessa forma, as ampliações ou construções de novos prédios isoladamente não constituem indicadores suficientes para assegurar uma educação infantil de qualidade. Inclusive, por que apesar do programa voltar-se às questões da infraestrutura física, ao pautar a reestruturação das creches ele acabou impactando de forma problemática a gestão escolar e a condução do trabalho pedagógico.

Assim, torna-se cada vez mais evidente a disputa do campo educacional pelo neoliberalismo, desde a elaboração de políticas públicas descontextualizadas e construídas sem diálogo ao processo de desconsideração e despriorização do trabalho pedagógico, em nome da aceleração dos serviços e do fechamento de negócios entre os setores públicos e privados. No caso da política pública aqui analisada, de lógica neoliberal, embora formulada para atender a uma determinada necessidade, a falta de espaços e de vagas na educação infantil, acabou promovendo o distanciamento dos envolvidos com essa realidade ao não dialogar suficientemente com os sujeitos aqui mencionados. Com os profissionais da escola invisibilizados nesses debates, seu trabalho é reduzido a uma dimensão meramente operacional, sem o devido reconhecimento de sua natureza intelectual e de sua relevância social, por exemplo no engajamento da comunidade escolar. Com a comunidade escolar alheia aos processos não há confiança total no trabalho que está ocorrendo e nem uma percepção sobre a adequada destinação dos recursos públicos.

Portanto, o aumento do número de vagas com a reforma ou a construção de creches, pode ser um ponto de partida, mas não é suficiente para garantir

efetivamente o direito das crianças à educação infantil de qualidade, principalmente se considerada a dimensão do respeito aos princípios da educação brasileira como a gestão democrática do ensino público. Resumidamente, os achados apontaram fragilidades significativas no processo de implementação do programa, como a ausência de diálogo ou escuta dos agentes da gestão escolar diretamente afetados, a não participação da gestão ou da comunidade na elaboração do projeto e o desconhecimento dos sujeitos entrevistados sobre o funcionamento e os objetivos da política pública. Conclui-se que o programa reflete o avanço da lógica neoliberal tendendo a comprometer a gestão democrática e a transformar a creche em um espaço subordinado à lógica de lucro ao invés de um espaço de construção coletiva de um projeto educacional para as infâncias.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 899-919, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2004.

BRITO, Barbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. **Parceria público-privada**: compreendendo o modelo brasileiro. 2005.

DE MELLO, Livia Maria Mendonça Jansen. O papel do Estado e suas relações com o mercado no desenvolvimento das economias capitalistas. **Economia e Desenvolvimento**, v. 31, p. e13-e13, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

FINCO, Daniela ; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; GOBBI, Márcia Aparecida. **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. 2015.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo editorial, 2019.

MACEDO, Elina Elias. Os direitos das crianças no centro da luta por creches. **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: Edições Leitura Crítica, Associação de Leitura do Brasil, 2013.

OLIVEIRA, Jeniffer. **“Crechebilidade” da Prefeitura do Recife oculta rodízio de crianças nas creches e aulas online para bebês**. Marco Zero Conteúdo, [Recife], 30 maio. 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/crechebilidade-da-prefeitura-do-recife-oculta-rodizio-de-criancas-nas-creches-e-aulas-online-para-bebes/>. Acesso em: 5 jun. 2025

OLIVEIRA, Silvaney de; GUIMARÃES, Orliney Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. **As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210-236, maio/ago. 2023.

PARO, Vitor Henrique. A natureza do trabalho pedagógico. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 19, n. 1, p. 103-109, 1993.

RECIFE. **Investirá R\$ 150 milhões no maior programa de expansão de vagas em creche da história**. Prefeitura do Recife, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/24/08/2021/recife-investira-r-150-milhoes-no-maior-programa-de-expansao-de-vagas-em-creche>. Acesso em: 5 jun. 2025

RECIFE. **Lança consulta pública para criação de 9 mil vagas de creche e de pré-escola através de PPP**. Prefeitura do Recife, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/28/12/2022/recife-lanca-consulta-publica-para-criacao-de-9-mil-vagas-de-creche-e-de-pre>. Acesso em: 5 jun. 2025

RECIFE. **PPP Creches. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife**, sem data. Disponível em: <https://desenvolvimentoeconomico.recife.pe.gov.br/ppp-creches>. Acesso em: 3 dez. 2024

RECIFE. **Prefeitura do Recife firma acordo com o BNDES para estudos de concessão para construir 44 novas creches e criar mais de 5 mil vagas**. Prefeitura do Recife, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/25/01/2022/prefeitura-do-recife-firma-acordo-com-bndes-para-estudos-de-concessao-para>. Acesso em: 5 jun. 2025

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 1133-1156, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, p. 73-79, 1984.

SCHIFINO, Reny Scifoni. Direito à creche: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André. **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**, p. 57-78, 2015.